**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DECONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE TRATOU DO PLC0031/2023, QUE INSTITUI A SEGREGAÇÃO DE MASSA DE SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS14H, NOPLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Müller Minotto)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos!

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Pepê Collaço, que tem por objetivo discutir o desconto de 14% nas aposentadorias dos servidores estaduais, em vigência desde a reforma da Previdência de 2021. Hoje, quem recebe até um salário mínimo contribui com a alíquota.

O PLC 0031/2023, proposto pelo governo, considera descontar 14% a partir do valor que exceda 2 salários mínimos, passando para 2,5 salários mínimos em 2025 e 3 salários mínimos em 2026. Quem receber acima desses valores terá o desconto de 14% calculado em cima da diferença a partir dessas quantias.

O Executivo estadual também propôs a criação do SC Futuro, um fundo de capitalização para os novos servidores que ingressarem no serviço público catarinense. O aporte, rentabilizado ao longo da vida laboral dos servidores por 30 anos a 35 anos, seria utilizado para o pagamento da futura aposentadoria, como ocorre nos modelos de Regime de Previdência Complementar. Atualmente o Regime Próprio de Previdência (RPP) de Santa Catarina opera integralmente sob o regime de repartição simples, que depende de novos servidores contribuintes para o pagamento dos benefícios.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Camilo Martins; o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Pepê Collaço; o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Tiago Zilli; a excelentíssima senhora Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Luciane Carminatti; o senhor presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), Vânio Boing; o senhor vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc) e coordenador do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, Hélio Lentz Puerta Neto; o senhor coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Evandro Accadrolli; e a senhora secretária de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe), Mariléia Gomes.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina, Renan Soares de Souza; senhora presidente da Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina (Fetram-SC), Sueli Silvia Adriano; senhor presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração, Rodrigo Raitani; senhor presidente do Sindicato dos Auditores Estaduais de Finanças Públicas de Santa Catarina (Sindaf/SC), Sandro Medeiros Alves; senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis e Região (SindSaúde), Nereu Sandro Espezim; senhor presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina (Adepol), John Vieira; e senhora conselheira do Conselho de Administração do Iprev, Ana Maria Duarte.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Camilo Martins, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para proceder à abertura oficial da audiência pública e, na sequência, o senhor Deputado Estadual Pepê Collaço para presidir os trabalhos.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Camilo Martins)** – Boa tarde a todos, sejam todos bem-vindos.

Eu quero cumprimentar inicialmente o Deputado Pepê Collaço, que é membro da Comissão e é o propositor desta audiência pública para que possamos, na tarde de hoje, ter um amplo debate sobre essa matéria que se encontra aqui na Casa; quero cumprimentar o Deputado Tiago Zilli, também membro da Comissão de Constituição e Justiça; a Deputada Luciane Carminatti, que está aqui presente, ela que está com a pressão alta e passou um pouquinho mal, mas está aqui participando desta audiência, fico muito agradecido.

Quero convidar para fazer parte da mesa o nosso amigo, o Deputado Marquito, para que venha prestigiar a mesa e participar aqui conosco. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), Vânio Boeing, que está aqui presente; o vice-presidente do Sinjusc, que é coordenador do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, Neto Puerta; o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Evandro Accadrolli; e a senhora secretária de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe), Mariléia Gomes. Cumprimento todos que se fazem presentes nesta tarde aqui na Assembleia Legislativa.

Vamos dar início a esta audiência pública. Eu vou passar a palavra ao propositor, que é o Deputado Pepê Collaço, a quem mais uma vez parabenizo pela iniciativa do debate. O Deputado Pepê vai presidir esta audiência pública e vai explicar para todos vocês como será a organização dos trabalhos, para que possamos fazer uma audiência pública produtiva a respeito de um assunto tão importante.

Então, muito obrigado pela presença de todos e passo a palavra e a presidência dos trabalhos para o Deputado Pepê Collaço. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Obrigado, Presidente Camilo.

Cumprimentando o Presidente da CCJ, agradeço ao Presidente Camilo, que se colocou muito disposto quando eu peguei a Relatoria desse projeto tão complexo, em que nós temos que ter uma abertura de discussão com a sociedade catarinense. O Deputado Camilo e todos os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa se colocaram muito solícitos para que pudéssemos abrir esse diálogo por meio de uma audiência pública, para que todas as partes interessadas pudessem se manifestar, colocar o seu ponto de vista, os seus interesses e, desta forma, pudéssemos aprimorar essa discussão nesta Comissão de Constituição e Justiça, para depois, diante dos pareceres e da relatoria feita por este Deputado, possamos encaminhar para as outras Comissões e, aí, por fim, ir a Plenário.

O meu agradecimento ao Presidente Camilo se estende a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); aqui eu cito também, já cumprimentando, a presença do Deputado Tiago Zilli, que também é membro da CCJe participa das discussões conosco; e também aproveito para registrar e cumprimentar a participação da Deputada Luciane Carminatti e do Deputado Marquito, que também nos prestigiam num momento tão oportuno desta discussão e vieram para dar a sua contribuição.

Aproveito para cumprimentar todas as partes interessadas, na pessoa do Neto Puerta, que é o vice-presidente aqui representando os sindicatos, os quais terão direito a se manifestar; cumprimento também o Vânio, presidente do Iprev, que também terá o seu tempo de manifestação; e estendo os cumprimentos a todos que hoje se propuseram a vir aqui à Assembleia, neste horário, assistir e participar desta discussão. Cumprimento-os e espero que nós possamos ter na tarde de hoje um momento de discussão muito profícua, que possamos fazer a defesa de cada ideia, de cada pensamento, de maneira muito respeitosa e que este debate possa contribuir para que esse projeto tenha celeridade e possa cumprir, dentro das suas limitações, os interesses máximos e possíveis daqueles que estão aqui hoje discutindo.

Convido para a mesa o Deputado Marcos da Rosa. O senhor pode sentar-se no lugar do Deputado Camilo, pois que ele fará uma cirurgia daqui a pouco e terá que se ausentar, veio somente para abrir os trabalhos. (*Palmas.*)

O protocolo estabeleceu regras para que possamos encaminhar a nossa reunião, então nós vamos dar espaço de tempo igual, tanto para o governo, quanto para os sindicatos para a sua manifestação, mas antes deixo a palavra à disposição dos Deputados Estaduais, que estão fazendo parte desta audiência.

Então, deixo a palavra livre para os Deputados. (*Pausa*.)

Vamos deixar os Deputados se manifestarem depois?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Quero somente sugerir que nos manifestemos depois das apresentações do Iprev e das entidades sindicais. Depois nós podemos nos manifestar, acho mais adequado para este momento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – O.k. Para mim, será encaminhado assim.

Como combinado, tendo em vista que a Comissão de Finanças desta Casa já provocou uma audiência pública parecida sobre este assunto, porque temos três projetos tramitando nesta Casa que tratam de assuntos muito parecidos, um do Deputado Fabiano, o qual eu relatei também e já teve aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e quando chegou à Comissão de Finanças houve uma audiência pública solicitada pela Comissão. Agora adentrou nesta Casa o projeto de iniciativa do governo do Estado e o projeto de iniciativa popular. Hoje não estamos mais discutindo o projeto do Deputado Fabiano, porque já passou pela CCJ, mas colocamos para esta audiência pública o projeto de iniciativa popular e o projeto do governo, que são projetos conexos, muito parecidos. E tendo em vista que na Comissão de Finanças já tivemos algumas manifestações e discussões, e naquela época houve, em termos de pauta, manifestações primeiro por parte do governo e do Iprev e por último dos sindicatos, hoje nós fizemos um acordo de inverter isso, para que nós possamos ter um equilíbrio de manifestações, como foi feito na outra audiência pública.

Então para se manifestar primeiro, vou fazer um chamamento aos sindicatos. O primeiro que irá se manifestar será o Neto Puerta, que é vice-presidente do Sinjusc e coordenador do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público. São trinta minutos para a manifestação dos sindicatos e trinta minutos para o governo. Por fim, nós vamos fazer a abertura de perguntas que também vão ter limitações, para que nós possamos regrar a audiência, e depois teremos a manifestação dos senhores Deputados.

Com a palavra o senhor vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc) e coordenador do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, Hélio Lentz Puerta Neto.

**O SR. HÉLIO LENTZ PUERTA NETO** – Primeiramente, gostaria de cumprimentar a mesa; cumprimentar os trabalhadores e as trabalhadoras que fizeram um esforço bastante grande para estarem aqui na terça-feira e agora, dois dias depois, cá estão novamente, todos nós, para debatermos essa questão da Previdência.

Quero agradecer ao Deputado Pepê Collaço pelos esforços empreendidos sobre essa matéria, parabenizá-lo publicamente pelo voto proferido no PLC 04, que trata especificamente da faixa de isenção, e que, na verdade, era sobre isso que nós deveríamos estar discutindo aqui. O que deveríamos estar discutindo aqui era tão somente faixa de isenção de contribuição previdenciária e não uma nova reforma da Previdência.

O Governador Jorginho traiu a população catarinense dizendo que reveria a questão da faixa de isenção e apresentaria um novo projeto, estruturalmenteum novo projeto, uma nova ideia de Previdência em Santa Catarina. Portanto, Deputados, não há relação direta entre o PLC 31, o PLC 04 e o PLC 37. São dois projetos que tratam somente de faixa de isenção, que é o que a sociedade catarinense quer debater e que tem cem mil assinaturas num Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) e em contrapartida o Governador apresentou uma reforma da Previdência.Isso significa dizer que o tempo que nós temos... e este espaço, muito embora nós vimos aqui para trazer argumentos, ele não se enquadra dentro de um processo democrático, temos que falar isso. É muito pouco tempo para o debate. Fazer uma reforma da Previdência em quinze dias é a primeira vez na história deste País.

Mas é importante nós dizermos também que na semana passada foi retomado o julgamento no STF das Ações de Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 103, de 2019, que fez a reforma da Previdência, que desencadeou reformas de Previdência pelo Estado. Esse julgamento foi retomado, senhoras e senhores, e sabem em quanto está o julgamento hoje? Está 2x1 para a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 103. Isso significa dizer que tem dois votos dizendo que é inconstitucional cobrar alíquota a partir do salário mínimo. E digo mais, o voto do Relator, que é o Ministro Barroso, diz que muito embora tenha votado pela constitucionalidade, que não é possível você de imediato, de uma vez só, sem tomar outras medidas, cobrar alíquota previdenciária de quem está aposentado a partir do salário mínimo. Quem votou favorável...

Então, é fundamental nós fazermos essa análise, porque quando estamos tratando de Previdência, temos que lembrar onde está a Previdência, em que lugar da Constituição está a Previdência Social. A Previdência Social compõe o tripé da seguridade social no Estado brasileiro, que está junto com a Saúde e junto com a Assistência Social. A Previdência Social foi criada para proteger os trabalhadores e as trabalhadoras. E o voto que trata o Ministro Edson Fachin - eu faço questão de ler porque é do Ministro Fachin, não é do Lenin, não é do Che Guevara, esse trecho é do Ministro do STF, diz o seguinte.

*(Passa a ler*.)

“Malgrado o regime próprio de previdência seja passível de críticas e aperfeiçoamentos, não se depreende de nenhum dispositivo constitucional que o Estado não pode financiar a previdência do servidor ou que esta deva dar algum tipo de lucro. A alegada regressividade do regime próprio de previdência social, isto é, a possibilidade de que este venha acentuar a desigualdade no país, bem como a existência de déficit orçamentário, são elementos possivelmente circunstanciais e não estruturais ou inerentes à previdência dos servidores públicos, os quais não titularizam paridade e integralidade de vencimentos na aposentadoria desde (...) 2003.

Acresça-se que o argumento econômico acerca de déficit não autoriza a interpretação de constitucionalidade de toda e qualquer alteração de regime jurídico, ao tempo em que não deve conduzir a leituras constitucionais necessariamente consequencialistas, porquanto a previdência do servidor é política pública que pode se associar a outros propósitos de estabilidade e recrutamento desses profissionais, podendo ser compensada pelo Estado por meio de outras fontes. Tenho, assim, que o caráter contributivo do regime, disciplinado pelo art. 40 da Constituição Federal, com a redação da EC nº. 20/98, não encerra uma relação privatística ou de capitalização.” (*Cópia fiel.*)

E lá no final ele vai dizer o seguinte: (*Continua lendo.*)

“A perda das balizas da razoabilidade, da vedação ao excesso que acarreta verdadeiro *sacrifício de direito*, a instituição de um regime que pereniza a exceção e a surpresa, a exemplo do novel art. 149 e dos seus parágrafos, não é, a meu sentir, constitucional, porquanto violadora da segurança jurídica e da vedação à instituição de tributo confiscatório. Tal prática pode vir a violar o conteúdo essencial do direito fundamental em questão, o que configuraria afronta à cláusula pétrea do inciso IV, do § 4º, do art. 60 da Constituição Federal.” (*Cópia fiel.*) [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza*]

Caráter confiscatório ao que foi feito aqui em Santa Catarina, ao tirar do aposentado e aumentar a alíquota em 300%.

Portanto, muito embora a gente saiba que pode haver reformas, sim, pode haver elementos que, no contexto social, alterem o regime de Previdência, em nenhuma hipótese ele pode aniquilar direitos. E é isso o que o Estado de Santa Catarina propõe ao querer perpetuar a segregação de massa.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Obrigado.

Com a palavra o senhor coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Evandro Accadrolli.

**O SR. EVANDRO ACCADROLLI** – Uma boa-tarde aos colegas, aos companheiros que estão aqui muito preocupados com este debate, com essas questões do futuro da seguridade em Santa Catarina, do futuro relacionado à nossa aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quero saudar em seu nome, Pepê Collaço, os Deputados presentes pela iniciativa, acho que o debate é importante. Quero saudar também os colegas sindicalistas.

Eu quero fazer uma pergunta a todos os presentes aqui: este tema, de fato, é importante para o governo do Estado de Santa Catarina? Este tema é importante para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina? Basta ver que quando a gente fez o debate aqui em relação à isenção fiscal para alguns empresários esta Casa estava lotada, estava cheia de Deputados. Agora que nós estamos falando de uma concessão do Estado, de uma concessão não, da devolução do direito aos aposentados e aos trabalhadores... Quero parabenizar quem está aqui, mas quero fazer uma crítica aos ausentes. A ausência significa muito do que vai acontecer mais uma vez nesta Casa. (*Palmas.*)

Eu sei que este debate que envolve o empresariado catarinense é espinhoso e é um debate que é odiado pelos Deputados desta Casa, e nós precisamos dos votos dos Deputados. A Confederação das Empresas enviou para o Presidente da Assembleia Legislativa um ofício, assinado por mais de oito entidades, representantes das grandes empresas, dizendo que não é para devolver os 14% para os nossos trabalhadores e as trabalhadoras e reafirmando a necessidade de manter esses valores de R$ 21 bilhões de isenção e que não pode conceder R$ 500 milhões. Eu estou falando milhões, não estou falando bilhões, para muitos trabalhadores que deram a vida ao serviço público da construção deste Estado (*palmas*).

Não é possível que o Estado de Santa Catarina e esta Casa não concedam R$ 500 milhões para resolver o problema da Previdência anual e vai manter mais, porque no próximo ano serão mais de R$ 24 bilhões de isenção ao grande capital, ao grande capital.Isso significa injustiça social, isso significa para que serve o Estado? E justamente sugam o Estado aqueles que dizem que o Estado tem que ser liberal, da livre iniciativa e sugam do Estado catarinense e não permitem o trabalhador que precisa para a alimentação, que precisa para o remédio, que são essas senhoras e esses senhores que deram a vida ao serviço público. Não se pode fazer essa injustiça.

E quero concluir aqui dizendo, senhor presidente do Iprev, que o Iprev não é seu. Governador de Santa Catarina, o Iprev não é seu, é dos trabalhadores que construíram essa solidariedade do Iprev (*palmas*). E não se pode fazer aqui uma segregação de massa, porque os futuros vão ter, muito no futuro, quiçá quando se aposentarem, e nós vamos ficar sem a contribuição solidária dos nossos colegas que deveriam ingressar aos montes no serviço público, porque faltam em todos os lugares. Então, fazer reforma justa é aprovar o PL de iniciativa popular que retira os 14%, que agrega, que faz concurso e que constrói um Estado forte e que atende à população. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Convido o Deputado Lunelli para fazer parte da mesa.

Com a palavra o senhor presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração, Rodrigo Raitani.

**O SR. RODRIGO RAITANI** – Boa tarde a todos, às demais autoridades e a todos os trabalhadores.

Falo na qualidade de advogado, administrador, servidor público, cidadão e trabalhador. Eu estou aqui, estudei bastante, estou com a mão ruim de tanto digitar, mas li bastante e queria trazer algumas informações.

A Previdência Social tem passado por inúmeras modificações desde a década de 1990, a Emenda 3/93, a 20/98 e a 41/2003. E, aí, passamos aqui por um interesse da 103/2019, como no voto do Fachin feito agora, pela inconstitucionalidade; essa emenda constitucional com várias ações judiciais dentro dela que vão ser julgadas ainda. São 2 a 1 os votos, como bem citou o Neto. E depois veio a 773/2021, que majorou a nossa alíquota dos servidores aposentados. Eu, ativo agora, serei aposentado amanhã. Mas, enfim, o Jorginho em campanha, meu chefe, Chefe do Poder Executivo, prometeu rever a alíquota de 14% e não fazer uma nova Previdência Social. Em quinze dias? Ué, promessa de 14%, enfim, não é uma nova Previdência Social.

E é igual ao que aconteceu com o governo Moisés em 2021. Em 44 dias foi feita uma reforma da Previdência e foi majorado para 14%. Não vou nem dar risada. Enfim, esse novo projeto, que são três na verdade, um apresentado pelo Jorginho, que é o 31, que deveria ter morrido na casca, não deveria nem ter nascido; temos o 37, que é de iniciativa popular, é do povo, é nosso, onde foram 84 mil assinaturas em quatro meses de trabalho para conseguir isso; e vem trazer agora um projeto de segregação de massas, com as nomenclaturas SC Futuro e SC Seguro. Para mim, isso é sopa de letrinhas, está bem? Eu faço projetos de lei, gosto disso e gosto também de colocar nomes em negrito, em caixa alta também para dar esse destaque. O SC Futuro são os novos concursados que entrarão, lógico que vai ser superavitário; e o SC Seguro é bem inseguro, porque somos nós que estaremos nesse SC Seguro. Segregação de massas, não!

Obrigado, gente. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Com a palavra a senhora Carolina Rodrigues Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc).

**A SRA. CAROLINA RODRIGUES COSTA** – Boa tarde.

Eu cumprimento os integrantes da mesa e também todos os trabalhadores que têm estado aqui, de maneira incansável.

(*Passa a ler*.)

“Desde que foi aprovada a reforma da Previdência de 2021, sindicatos e aposentados têm lutado para revogar a cobrança dos 14%. Essa é a nossa luta, nós não falamos de outra coisa.

Mas, de maneira perversa, a proposta apresentada pelo Governador e apoiada por muitos Deputados desta Casa aprofunda o problema propondo uma segregação de massas, usando os 14% para nos chantagear, porque é isso o que o governo está fazendo, chantagem. (*Palmas*.)

Esta proposta de segregação das massas quebra a solidariedade intergeracional, que é uma coluna vertebral da Previdência. Ou seja, ela é uma nova reforma, feita no afogadilho, sem discussão e no apagar das luzes.

A Previdência, para não ter déficit, precisa da proporção de quatro pessoas na ativa para uma pessoa aposentada. Lembrando que todo mundo contribui, antes e depois de se aposentar.

Aqui em Santa Catarina nós temos essa proporção. O grande problema é que grande parte dessas pessoas que estão na ativa e que ocupam esses cargos são comissionados políticos ou estão em empresas terceirizadas. Neste caso as contribuições vão para o Regime-Geral de Previdência e não para a Previdência do Estado. Basta transformar essas vagas em concurso público e o problema se resolve. (*Palmas*.)

Ou seja, hoje a Previdência tem déficit por uma escolha política que privilegia as relações e os grandes acordos com empresários e esquece da boa gestão pública. O que falta hoje é boa gestão pública.E não adianta mostrar dados para justificar o injustificável, porque aquilo ali são dados que não entendemos e que não conversam com os trabalhadores.

A segregação cria um fundo, que é o nosso, das pessoas que já ingressaram no serviço público - aposentados e pessoal da ativa – e que tende a se esvaziar na medida em que as pessoas vão se aposentando e novas gerações não ingressam para manter a proporção necessária.

Esse fundo vai se esvaziar rápido! E se isso é péssimo para os atuais aposentados, é ainda pior para as pessoas da minha geração... porque quando chegar a nossa vez esse fundo já vai estar vazio. Antes disso, vão aumentar as alíquotas, aumentar o tempo de contribuição, vão dificultar o acesso às pensões e por aí vai. Nós vamos sangrar muito, mas muito, para chegar à aposentadoria e não ter aposentadoria digna na velhice.

A reforma da Previdência, como está proposta, revela ódio de classe e mostra bem que aqueles que odeiam o povo, vocês e eu (*palmas*), vêm aqui acabar com o nosso futuro sem nem ficar constrangidos.” (*Palmas*.)

(*Manifestante não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

**O SR. ALEXANDRE MELO** – Boa tarde a todos. Obrigado, Deputados e Alesc, por terem feito esta audiência, ainda que foi tudo muito corrido e não deu tempo de nos organizarmos. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu gostaria inicialmente de cunhar uma palavra ao Deputado Pepê Collaço, que vai ser o Relator: complexo. Como podemos admitir que um tema tão complexo seja resolvido em tão pouco tempo? (*Palmas.*)

É tão pouco tempo e é tão complexo que não permitiram que o nosso Conselho, que daremos voz aqui neste lugar - o Conselho do Iprev - porque não deram oportunidade para manifestação, mas para além da oportunidade, da legalidade, quero crer que todos os Deputados que estão analisando a reforma da Previdência conhecem a fundo a Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022, 285 páginas, todos leram? Pouco provável. É pouco tempo e não é culpa dos Deputados, a culpa é da forma como está sendo encaminhado esse projeto, que não é um projeto de revogação, não, é de afundamento da nossa Previdência.

Deputados, a responsabilidade de vocês é muito grande. No nosso entendimento, não existe tempo e já houve irresponsabilidade da gestão do Iprev ao dar seguimento ao projeto para a Alesc sem as devidas anuências do Conselho. Vou repetir, sem anuência do Conselho. É só pegar o artigo 55, parágrafo 5º, e lá está bem claro, na portaria. Por que não seguiram a portaria? É uma ilegalidade. Isso inclusive vai causar para o nosso Instituto, futuramente, um desprestígio. Como é que nós podemos acreditar em um futuro seguro se não se cumprem as leis antes mesmo delas serem aprovadas? Eu acho que tem alguma coisa que está muito equivocada.

Muito obrigado pela atenção.

E não podemos aceitar a segregação de massa de forma alguma! (*Palmas*.)

**A SRA. MARILÉIA GOMES** –  Boa tarde a todos. Sou Mariléia Gomes, secretária da pasta de aposentados e pensionistas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe).

(*Passa a ler*.)

“Em nome do companheiro Neto, cumprimento todos os demais dirigentes sindicais aqui presentes e em nome do Deputado Pepê Collaço, cumprimento todos os demais Deputados e, em especial, todos os servidores, trabalhadores, que estão aqui e também aqueles que estão acompanhando de suas casas, pelas redes sociais, pelo canal aqui da Casa.

Quero começar a minha fala fazendo uma pergunta: por que o governo propôs e o Parlamento aprovou uma reforma em 2021, o PLC 10.9/2021, que não resolveria o déficit da Previdência? Aumentou a faixa de contribuição de 14% do teto do INSS para o piso do INSS, que é de um salário mínimo, acarretando um aumento de mais de 300% no valor da contribuição previdenciária de cada aposentado e pensionista deste Estado e não resolveu o problema tão falado à época, que era o déficit da Previdência, ou seja, a medida resultou no incremento de R$ 534 milhões para o custeio da Previdência, o que correspondeu a menos de 10% do déficit. Importante salientar essa questão que trouxe um enorme prejuízo para os aposentados, pensionistas e para as suas famílias e também se deixou de ter esses recursos injetados na economia local, sem ter um resultado efetivo na resolução do déficit da Previdência.

As mesmas contradições se mantêm nesse novo projeto, não podemos ser irresponsáveis mais uma vez com a desculpa do déficit da Previdência, promover outras maldades na vida do servidor público de Santa Catarina e, de fato, mais uma vez, pelas análises apresentadas, não resolver a questão do déficit da Previdência.

Precisamos pensar que do outro lado dessa decisão, que esta Casa irá tomar, há pessoas, nomes, homens e mulheres que dedicaram uma vida de trabalho na efetivação das ações das políticas públicas do nosso Estado. Este é o momento, para muitos que aprovaram esse desconto em 2021, de rever esse voto, e que os mais novos da Casa não cometam esse mesmo erro.

Portanto, eu peço a todos que revoguem esse confisco de 14%. Revoguem, já! Não à segregação de massas!”(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – São mais dois a se manifestarem, não é? Pode ser três minutos para cada um?

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Boa tarde a todos, a todas e a “todes”. Em nome do Deputado Pepê Collaço, do Relator, da Luciane, a nossa Deputada...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Desculpe-me, por favor eu não registrei a presença do Deputado Ivan Naatz em plenário. Deputado, a mesa está lotada...

(*O senhor Deputado Estadual Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone. Inaudível*.)

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Só para registrar a presença.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Pessoal...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Por favor...

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Pessoal...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Vamos manter...

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Vamos retomar.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Vamos retomar, três minutos, então, para falar.

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Dava para falar depois, mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Desculpa, é que eu não tinha registrado na hora do intervalo, tá bom?

**A SRA. ALVETE PASIN BEDIN** – Então vamos retomar.

Boa tarde a cada um, a cada uma que está aqui. Em nome do Relator, Deputado Pepê e da Deputada Luciane, eu quero cumprimentar todos da mesa e em nome do Neto, coordenador do Fórum, e do meu colega Evandro, coordenador do Sinte Estadual, cumprimentar cada um e cada uma que está aqui. Quantas vezes já estiveram aqui e aqui estão sempre firmes nessa defesa para não deixar retirarem direitos.

O que mais nos indigna é ver, pessoal, que esta Casa já cometeu um erro, uma injustiça sobre aqueles que menos ganham, aqueles que mais necessitam ter depois que se aposentam, cada aposentado e aposentada. E eu falo porque eu sou secretária de aposentados e aposentadas e de assuntos previdenciários do Sinte e eu também sou aposentada. Então, eu sei o que significa para cada um continuar descontando aquilo que já contribuiu.

Não é justo o teto da Previdência geral do governo brasileiro, pouco mais de R$ 7.500. E ver que Santa Catarina, o Estado que tem um poder econômico tão grande, taxar em cima dos trabalhadores e dizer que nós temos que voltar a contribuir. Não é justo!

Então, pessoal, queremos dizer para os Deputados e Deputadas que não estão aqui, o Evandro falou muito bem antes, a importância que nós precisamos dar por estarem aqui neste momento. Cada Deputado e Deputada desta Casa que vote pela derrubada dos 14%. Nós não podemos deixar o nosso projeto de lei de iniciativa popular, onde a população catarinense se manifestou em mais de 85%, 85 mil, não podemos deixar isso acontecer porque essa é a vontade da população, esse é o apoio que eles nos dão.

Por isso nós vamos estar aqui vigilantes no dia 19, estamos chamando cada um e cada uma para que estejam aqui na terça-feira que vem, nem que a gente tenha que amanhecer nesta Assembleia Legislativa, fazer vigília, dormir aqui. Mas nós não podemos deixar aprovar esse projeto do governo, que hoje está aqui e vai segregar os nossos trabalhadores.

Votar sim pelo projeto de lei de iniciativa popular que beneficia os trabalhadores aposentados…

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido*.)

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. NEREU SANDRO ESPEZIM** – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Neto, coordenador do Fórum, e estendo os meus cumprimentos a todos os servidores aqui presentes e a toda a população catarinense, e na pessoa do Deputado Pepê Collaço, estendo aos Deputados presentes.

Por estarmos hoje aqui discutindo a segregação de massa, que foi um brutal golpe do Estado de Santa Catarina aos servidores, quero dizer que a solução já foi colocada várias vezes neste Parlamento, concurso público para todos os cargos que precisam ser ocupados resolveria 84% dos problemas do déficit da Previdência.

Quero dizer que queremos um Iprev que nos represente, uma instituição forte e não simplesmente criar um outro setor, que será administrado por sei lá quem, qual CPF, financiado por este Estado em 20 milhões, sem nem sequer, assim que arrecadar, ter o direito de devolver ao povo catarinense o que vai ser investido para criar esse novo modelo de capitalização, que nós já conhecemos de outros países e, inclusive, Santa Catarina, em 2008, aprovou um processo aqui no Legislativo de segregação que foi revogado em 2015 por se provar ineficiente.

Não estamos aqui para enriquecer o poder econômico de nenhum autor que tenha o CPF ou que seja o autor ou coautor dessa maldade. Não aceitaremos nenhum ataque ao serviço público de Santa Catarina, porque diante disso os que vão sofrer são os catarinenses, que terão diminuída a qualidade da prestação de serviços. E esse ataque é anunciado há muito tempo por diversos governos.

Não à segregação de massas! Concurso público já! Revogação dos 14%! (*Palmas.) E* sem chantagem sobre o projeto dos 14%. Se o governo Jorginho quiser bancar o futuro que teve Carlos Moisés na sua tentativa de reeleição, que fique bem à vontade, a nossa categoria e o povo catarinense sabe muito bem como fazer nas urnas.

Obrigado e uma boa-tarde. (*Palmas.*) [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Marivânia Pizzi*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Houve mais uma solicitação, então mais três minutos, tá?

**A SRA. ANA MARIA DUARTE** – (*Passa a ler.)*

“Senhora Deputada, senhores Deputados, estimados aposentados, pensionistas e demais servidores, quero iniciar a minha fala destacando que embora a Portaria do Ministério da Previdência nº 1.467, que estipula que o texto apresentado a esta augusta Casa por meio do PLC 0031 deveria ser submetido à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração do Iprev, tal procedimento não foi efetuado. Acredita-se que esse fato, por si só, justifica a retirada do referido projeto de votação. Contudo, mesmo com o limitado tempo para análise do PL, é possível constatar vários equívocos.

O projeto em questão preconiza o equilíbrio financeiro e atuarial, que é desfeito pela proposta de segregação de massas, instituindo esses dois fundos distintos: o Fundo Seguro, e o Fundo Futuro, e de seguro não tem nada! Pois essa tentativa já foi realizada em 2008 e desfeita em 2015, provando que foi um verdadeiro fracasso. Querem repetir o fracasso?

Além disso, o governo busca alterar a Lei 412 em pontos cruciais, alegando a intenção de reduzir o déficit previdenciário. Mas, propõe a inclusão de comissionados e mais outros entes para a previdência complementar, o que no futuro pode causar um déficit ainda maior, pois o próprio governo poderá ser patrocinador.

Em relação à revogação dos 14%, compromisso que inclusive foi feito durante a campanha eleitoral, o governo apresenta uma proposta esdrúxula. Nem cabe aqui comentar.

A solução para o acionamento financeiro e atuarial da Previdência não reside apenas na apresentação de projetos, mas sim na responsabilidade legislativa e na séria gestão dos recursos previdenciários, o que se daria através da realização imediata de concursos públicos, pois somente na educação existem mais de trinta mil ACTs, e no Poder Executivo temos uma enormidade de terceirizados que ninguém sabe, na verdade, exatamente quantos são e qual o valor para o erário público.

Outra questão que nos chama a atenção são os dois projetos similares a essa matéria. Por que a urgência do governo? Por que não finalizar esses antes?

E, para finalizar, eu quero deixar um apelo a todos os Deputados: por favor, reflitam sobre o estrago que esse PL aprovado fará na vida de milhares de famílias catarinenses, famílias que também fazem parte da sociedade e que deram suas vidas pela sociedade catarinense. Será que é justo hoje faltar o remédio e o pão na mesa desses aposentados e pensionistas, enquanto o governo pensa em conceder bilhões em benefícios fiscais?”

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*As galerias, de maneira uníssona, manifestam-se: “Revoga já!”*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Encerradas as manifestações dos sindicatos, eu convido a fazer uso da palavra o senhor Vânio Boing, presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev).

**O SR. VÂNIO BOING**- Boa tarde a todos. Uma saudação inicial ao Deputado Pepê Collaço e aos demais Deputados da mesa, em especial às entidades de classe, assim como o meu fraterno abraço aos servidores do Estado que estão aqui presentes.

Pretendo, nesse espaço de tempo de meia hora, fazer um breve relato do retrato da Previdência do Estado. Nós vamos falar sobre que é o PL 31 e também vamos falar sobre os 14%. Inicialmente, gostaria de passar para vocês a missão que o Governador Jorginho Mello nos passou no início do ano para desenvolver um trabalho estritamente técnico, uma gestão técnica baseada nos números da Previdência. Em momento nenhum ele nos propôs ou nos apresentou a proposta de fazer qualquer espécie de reforma, porque o Estado já vinha de uma reforma previdenciária há dois anos, que teve um impacto relativo e não resolveu o problema como um todo.

Entretanto, nos deu a missão de apresentar no decorrer do ano um plano de equacionamento do déficit atuarial do sistema previdenciário do Estado, bem como reavaliar a alíquota dos 14%. Em momento algum, mesmo durante a campanha, o Governador Jorginho prometeu revogar ou prometeu rever, sempre foi no sentido de reavaliar. Isso foi feito e durante a nossa apresentação nós vamos demonstrar aquilo que é possível implementar a partir de janeiro de 2024, dada a disponibilidade do Orçamento do Estado e também a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Orçamento é finito, pois o Estado não dispõe de recursos de forma infinita.

Essa arrecadação que o Estado vem tendo tem um crescimento normal de acordo com a inflação e ele precisa ser respeitado, até por questões legais, ano a ano. E os números que eu vou apresentar aqui, hoje, vão demonstrar muito claramente qual o comprometimento que o Estado vem tendo com o funcionalismo, seja em atividade, seja na inatividade ou seja nas pensões.

Então, eu gostaria que pudessem apresentar a primeira lâmina. De maneira bem rápida, são dez tópicos, são apenas dez lâminas. Então, gostaria de ter muita atenção de vocês. Nós não fazemos nenhum juízo de valor aqui, apenas viemos trazer os fatos baseando-se nos números que a gente dispõe e também se baseando nos dispositivos legais aos quais o Iprev está exposto.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Então, no primeiro tópico vamos trazer uma linha do tempo da Previdência do Estado, que já existe há mais de cem anos. Ela nasceu em 1909.

Em seguida: o resultado da avaliação atuarial de 2023, com base nas informações cadastrais de 2022; situação financeira e atuarial, vamos conhecer o que é insuficiência financeira e o que é déficit atuarial; o problema da Previdência como um todo, em que Santa Catarina não é o único, pois todos os Estados enfrentam, o País enfrenta, todos os países enfrentam; os principais fatores que impactam na Previdência; a insuficiência financeira versus o Orçamento do Estado para os demais setores; formas de equacionamento, são formas legais, nós não estamos inventando, não estamos criando, de maneira alguma, nós não estamos inventando. Nós estamos seguindo, estritamente, o que está disposto na lei. Existem quatro maneiras de você equacionar o déficit. E as propostas de equacionamento e também vamos ver aqui os impactos da reforma de 2021. As entidades de classe falaram nos números, então a gente vai mostrar os números, o que isso impactou e porque ele não resolveu. E, por fim, vamos falar da alíquota de 14%, qual é a proposta do Estado de maneira que suavize no bolso de cada servidor, aposentado e pensionista, no final de cada mês.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Eu vou pedir silêncio. Todos que se manifestaram até agora tiveram a oportunidade de ter uma manifestação tranquila e puderam dar as suas explicações. Da mesma forma que o Sindicato fez, agora a gente tem que ter a educação de escutar o governo nas suas explanações. Eu agradeço.

**O SR. VÂNIO BOING** - Quero deixar bem claro que a situação em que vocês se encontram não foi criada pelo atual governo, primeiro ponto. E o atual governo está disposto a dar uma solução definitiva para que a gente possa ter uma Previdência mais segura num horizonte de tempo mais longo e não uma reforma de três em três anos.

Então vamos lá. Numa linha de tempo, coloquei de início para vocês que a Previdência nasceu em 1909, e ela já nasceu deficitária. A Previdência quando nasceu, em 1909, nasceu deficitária.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Calma, deixem eu acabar.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Se a gente ficar discutindo assim desse jeito eu vou suspender a sessão. Não tem condição, não tem condição. Eu estou querendo escutar.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Mas eu não vou te escutar agora, porque eu não consigo te escutar. Eu não consigo, vocês já tiveram a chance de se manifestar aqui. E, se começar a ter uma manifestação aí, eu não vou conseguir escutar aqui. Então, eu peço educação. Depois vocês se manifestam, porque agora não é o tempo de vocês, por favor.

**O SR. VÂNIO BOING** - Voltando, então.

Então, por um período de mais de noventa anos, a Previdência existiu no Estado sem contribuição previdenciária. Isso é um fato. Existiam contribuições num período, de 1960 para cá, apenas para as pensões. De 2004 para cá que foi instituída a contribuição previdenciária de 11% a partir do teto do INSS.

Em 2016 passou para 14%, acima do teto do INSS, que hoje é de R$ 7,5 mil. E depois, em 2021,14%, se reviu o piso para desconto para um salário mínimo, que é o que nós vamos tratar aqui. Aguardem até o final da apresentação, por gentileza. Isso fez com que, no decorrer desse tempo, o Estado venha tendo insuficiência financeira, que este ano deve fecharem R$ 6 bilhões. E já, já, nós vamos entender o que é insuficiência financeira e o que é déficit atuarial.

Então, neste ano de 2023 nós vamos fechar a conta em R$ 6 bilhões de insuficiência financeira, que é a diferença entre o que o Estado arrecadou de pensionistas inativos, ativos e parte patronal. Assim, essa diferença negativa vai dar R$ 6 bilhões este ano.

Nós temos aqui (*mostra imagem*) o resultado da avaliação atuarial. Aí nós temos que saber o que é uma avaliação atuarial. Vejam só, esse é o resultado de 2023 com base nos dados cadastrais de dezembro de 2022. Então, todos os Poderes têm déficit atuarial. Vou explicar de maneira bem sucinta o que é um déficit atuarial: é você fechar a massa de servidores ativos, aposentados e pensionistas numa determinada data e calcular qual é a necessidade de recurso financeiro que o Estado deveria ter, no presente, para garantir o pagamento de todo mundo até o falecimento do último beneficiário. Esse valor representa, em 2023, R$ 113 bilhões, era o que o Estado deveria ter de reserva para garantir todos aqueles contingentes de servidores, ativos, aposentados e pensionistas, até o último falecimento, a uma taxa de juros e de desconto de 4,5%. O Estado dispõe desse recurso? Não. Se ele tem insuficiência financeira, o déficit é muito maior. [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos* / *Leitura*: *Djonathan Costa / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Aqui (*mostra imagem*) vou mostrar o que é insuficiência financeira e déficit. A situação financeira, vejam que em 2022 o Estado gastou em Previdência, em benefícios, R$ 9,1 bilhões. Pagou para aposentados, pensionistas, para civis e militares, R$ 9,1 bilhões. E teve uma Receita de contribuição na ordem de R$ 3,7 bilhões. A diferença de R$ 5,4 bilhões ele não deixou de pagar. O Tesouro foi e supriu essa diferença em R$ 5,4 bilhões, que este ano deve fechar em R$ 6 bilhões, e isso é crescente e a situação atuarial é o déficit. Se nós utilizarmos uma taxa de 4,5%, esse déficit está em R$ 113 bilhões, se tirarmos a taxa de juros, porque o Estado não dispõe de ativos para isso, hoje, para remunerar essa taxa, e colocarmos uma taxa de juros de desconto de zero, o déficit passa para R$ 258 bilhões. E o que é isso? Isso é a necessidade de recurso que o Estado precisa ter no presente para garantir o pagamento do benefício, de acordo com as regras atuais, para todos os servidores que hoje já estão aposentados, todos os pensionistas, todos os ativos até o falecimento do último beneficiário. Essa é a necessidade que o atuário calcula. Quem calcula isso não é o Iprev, é uma empresa especializada em avaliação atuarial. E é com base em quais informações? Com base nas informações individuais de cada um: composição familiar, tábua de mortalidade, taxa de juros. Então, a situação demográfica do Estado leva em conta todas essas questões e levanta esse valor, que é o valor atual dos benefícios futuros, que representa esse montante.

E o problema, qual é? O problema é que hoje, no sistema de repartição simples, todo mundo contribui para um fundo financeiro que é utilizado para pagar o benefício dos aposentados e pensionistas, ou seja, os ativos contribuem com 14% do benefício – não tem limite de isenção – a parte patronal é 28% e os aposentados e pensionistas contribuem, hoje, com 14% a partir de um salário mínimo, mas isso não é suficiente para pagar somente os atuais aposentados e pensionistas. Então o Estado vai ao Tesouro, ao orçamento, e busca a diferença e todos os meses ele supre e paga a folha.

O mais grave é que o servidor público, ao ingressar no Estado hoje, faz um concurso, não estou fazendo juízo de valor, é merecido.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Calma, é merecido! Ele faz um concurso com 25 anos, ingressa no Estado, trabalha até os 60 anos, se aposenta, mas não deixa a folha do Estado. Ele continua na folha do Estado, e aí vai falecer aos seus 85 anos, 90 anos e deixa uma pensão.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Calma! Calma, eu só estou mostrando os fatos para vocês entenderem o porquê da segregação.

Então, o que impacta a situação do elevado déficit previdenciário? Primeiro, é o modelo. O modelo de repartição simples pressupõe como principal fonte de custeio, a geração futura. Ora, geração futura nós não estamos tendo há trinta anos. Vocês querem um dado real? Peguem o censo do IBGE de 2010 e comparem com o censo do IBGE de 2022, de 2010 a 2022 nós tivemos um crescimento de 56% de pessoas com 60 anos ou mais.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

E tivemos um decréscimo de 14% de pessoas de 0 a 14 anos. Essa relação contributiva que o Estado tinha em 1980, de cinco servidores ativos para um inativo, hoje essa relação é de 0,8 para um inativo. Isso não deu certo em lugar nenhum do mundo e não está dando certo em lugar nenhum do País, por isso todos os Estados estão fazendo suas reformas.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Vocês já vão entender.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Os direitos, vamos seguir...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – O que eu vou falar diante disso?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Mas eu preciso, nós precisamos, este é o momento dele de manifestação...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Ficar debatendo, ficar no bate-boca não vai levar esta audiência a lugar nenhum.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Eu vou pedir a ele para continuar e vou pedir para vocês darem essa oportunidade, com toda a educação do mundo.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. VÂNIO BOING** – Deixa eu repetir, eu vou ser mais claro. Deixa eu repetir, vou ser mais claro!

A situação demográfica no nosso Estado mudou. Mudou, as pessoas estão vivendo mais, e que bom, que bom. Estou dizendo: que bom! Então, o modelo de repartição simples exige...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Calma!

Outro aspecto é a questão da paridade e da integralidade. Novamente não faço juízo de valor, é um benefício, mas isso pesa na Previdência. As contribuições previdenciárias iniciaram somente em 2024.

Regras de concessão. Novamente não me entendam mal, não é juízo de valor, mas as categorias que se aposentam com idade mais jovem estão vivendo mais. E que bom! Mas para isso precisa ter uma Previdência equilibrada. E é essa a proposta. E o quadro de longevidade, as pessoas estão vivendo mais, se aposentando mais cedo e vivendo mais e o orçamento é finito. Esses números vocês podem pegar até na reforma do Regime Geral. Perfeito? E o orçamento é finito.

Vejam que a insuficiência financeira da Previdência estadual concorre com a Educação. No ano passado o Tesouro teve que tirar do orçamento R$ 5,4 bilhões para cobrir a insuficiência financeira e para a Educação destinou R$ 6 bilhões, para a Saúde R$ 5,6 bilhões e para a Infraestrutura R$ 2,5 bilhões. Então, a insuficiência financeira da Previdência, que o Estado não está deixando do pagar, de honrar, está competindo com os demais orçamentos do Estado.

Formas de equacionamento, e aí é uma questão legal, vamos nos ater ao que dispõe a lei. Nós não estamos criando situação milagrosa nenhuma, estamos seguindo a lei.

Primeiro, nós poderíamos estar propondo um plano de amortização, baseado em lei, que reflita nas contribuições suplementares, tem Estados fazendo isso, e elevação de alíquota, tem Estados em que a alíquota chega a 22%.

Outra maneira são os aportes. O Estado poderia fazer aporte de bens, ou de ativos, ou de direitos. O Estado dispõe de bens ou ativos e ele está dispondo de parte dos seus imóveis, através de veículos de investimento, cuja receita e a rentabilidade serão usufruídas para manter o pagamento da insuficiência financeira do Plano SC Seguro, que é o regime de repartição. Já vou falar sobre isso.

Poderíamos estar fazendo reformas, seria outra maneira: reformas, revisão e adequação das regras para concessão. Mas eu quero ser bem claro, aqui, em momento nenhum o PL 31, que está sendo debatido nesta Casa, trata de reforma, trata de mexer em direitos, trata de reduzir direitos. Não é reforma.

E, por último, o principal modelo que está sendo implantado que menos desgasta e que menos enfrenta a resistência é a segregação de massa. E o que vem a ser a segregação de massa?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Calma!

A segregação de massa nada mais é do que você separar em um momento, um conjunto de servidores, em que uma parte deles entra num fundo de capitalização e a outra parte mantém-se nas regras do plano de repartição.

Vamos ver a próxima que vai ficar mais claro.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Ao final da minha explicação vocês vão entender.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Vejam só, o Projeto de Lei 31 está propondo...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Por favor, silêncio, peço mais uma vez.

**O SR. VÂNIO BOING** – O que nós estamos propondo é a criação de um fundo de capitalização denominado SC Futuro. O nome já pressupõe resolver a situação previdenciária do futuro servidor.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O que significa isso? Todo servidor que ingressar no Estado a partir de janeiro de 2023 fará parte do Fundo de Capitalização denominado SC Futuro. Todo aquele que ingressar até o dia 31 de dezembro de 2023 continuará no plano Fundo de Repartição Simples, que se chama SC Seguro. Qual a diferença entre um e outro, em termos de benefício? Nenhuma. Diferença entre um e outro em termos de contribuição? Nada muda, continua a alíquota de 14%. Diferença de patrão? Nada muda, continua sendo o Estado. Diferença de gestor? Nada muda, continua sendo Instituto de Previdência. O que muda?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O que muda? Calma...

O que muda? A mudança é que o servidor que ingressar em janeiro de 2024, ao se aposentar, sai da folha do Estado e passa a receber seu benefício direto do Instituto de Previdência. É isso o que muda. Perfeito?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Eu vou responder qualquer pergunta depois.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Perguntas depois, por favor.

**O SR. VÂNIO BOING** – Não faz parte desse pacote, mas estamos também regulamentando o Sistema de Proteção dos Militares e adotando o Sistema de Previdência.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Eu ouvi com paciência vocês e apenas gostaria que vocês acabassem de me ouvir, depois vocês fazem os questionamentos.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Por fim, nós estamos implantando o sistema de automação no Sisprev Web, que vai servir como principal ferramenta de gestão da Previdência do Estado a partir do próximo ano.

Agora o impacto da reforma de 2021, que está muito presente aqui com vocês. Em 2021, a Lei Complementar 773, implementou alguns aspectos, sendo os principais que os aposentados e pensionistas passaram a contribuir a partir de um salário mínimo e não a partir do teto do INSS, os ativos passaram a contribuir com alíquota de 14% e o Estado de 28%, nas pensões houve uma revisão e os valores devidos passaram a ser de 60% para o cônjuge e 10% para o dependente e a elegibilidade dos ativos aumentou, ou seja, todo mundo passou a contribuir com uma parte no modelo de repartição. O modelo de repartição simples pressupõe, num período de insuficiência ou de déficit, que todos os atores que fazem parte daquele sistema sejam chamados na mesma mesa para dividir o déficit. Ele não pressupõe superávit, pressupõe dividir o déficit. Então, todo mundo contribuiu com um pouco, aposentados e pensionistas com a alíquota de contribuição, que passou a ser de um salário mínimo, os ativos vão demorar mais para se aposentarem, se aposentam pela média, quem ingressou no Estado de 2004 para cá não se aposenta mais pela paridade e integralidade, é pela média, e o limite do benefício garantido pelo Estado é o teto do INSS, que é de R$ 7,5 mil hoje.

Então, isso teve um impacto na arrecadação previdenciária, na parte dos aposentados e pensionistas, de R$ 534 milhões e com o acréscimo dos ativos e da parte patronal, a soma dos dois representou algo em torno de R$ 1 bilhão. Entretanto, no mesmo mês da sua aplicação, o Estado concedeu uma reposição de 28% no benefício, o que possibilitou a implementação dos 14%, a partir do teto do INSS, em que ninguém passou a ganhar menos. O.k.? [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O que o Estado está propondo para poder suavizar essa alíquota? Vejam, mais uma vez, isso não foi criado pelo atual governo. O que o Governador Jorginho Mello nos pediu foi para encontrar uma maneira para que pudéssemos suavizar esse desconto dos 14%. Como nós não estamos mexendo na alíquota, nós estamos mexendo no piso para início do desconto.

Então, dentro das contas feitas no 2º semestre, juntamente com a equipe da Fazenda, daquilo que é suportável para o Estado, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a proposta que está sendo apresentada no PL 31 é que nós, escalonadamente, elevemos esse piso a partir de 2024 para dois salários mínimos, 2025 para dois salários mínimos e meio, e 2026 para três salários mínimos. Nós já estamos fazendo uma projeção ali do que representa o salário mínimo em 2026. Então, três salários mínimos seriam R$ 4,8 mil, teria uma isenção completa dos totais de aposentados e pensionistas, ou seja, contribuição zero, 8.844 beneficiados. Com isso o Estado estaria renunciando ou abrindo mão de uma contribuição previdenciária de R$ 284 milhões no ano de 2026.

Isso representaria para todos os aposentados e pensionistas, num quadro aproximadamente de 65.000, mais recursos no bolso no final do mês na ordem de R$ 487,00/mês, e nos três anos o Estado estaria abrindo mão de uma receita contributiva previdenciária de R$ 667 milhões.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Vejam um quadro ilustrativo aqui para ficar mais claro.

Nós temos ali na primeira coluna, salário mensal. Colocamos salário mensal até o teto do INSS e depois acima do teto. Depois colocamos, inclusive, a média do benefício dos servidores civis do Estado.

Vejam só, em 2023, é o que nós estamos vivendo hoje, a alíquota de 14% com base nas regras da reforma de 2021. Vejam que quem ganha R$ 2,6 mil hoje não contribui com 14%, contribui com 6,89%, porque parte de um salário mínimo; quem ganha R$ 4,8 mil hoje, não contribui com 14%, contribui com 10,15%, porque parte de um salário mínimo. E lá em 2026, quem ganha R$ 4,8 mil, vai zerar a contribuição, está ali (*ponta para a imagem*). Vai zerar. Ele vai sair de 10,15% hoje para 0% em 2026. Ou seja, ele será isentado por completo.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Quem ganha R$ 7,5 mil, que é o teto do INSS hoje, não contribui com 14%, a alíquota efetiva dele é 11,54%, em 2026 ele vai contribuir com 5%, ou seja, vai ter uma sobra, uma renda a mais de R$ 487,00. E a partir do teto do INSS, todos terão uma renda a mais de R$ 487,00.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Isso é o que foi possível dentro do Orçamento do Estado, dentro da previsibilidade que nós temos, dado que o Orçamento não é infinito, ele é finito. E ele está no Portal da Transparência do Estado, vocês estão vendo.

Uma informação final: de tudo o que o Estado arrecada, metade é compromisso com o funcionalismo, metade.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Este ano ele vai desembolsar para o funcionalismo, entre ativos, aposentados e pensionistas, algo em torno de R$ 20 bilhões.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Por favor, silêncio.

**O SR. VÂNIO BOING** – Consegui concluir um pouco antes do meu tempo. Eu deixo essa sobra de tempo para quem tenha qualquer dúvida ou questionamento a respeito.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Obrigado, Deputado Pepê Collaço.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Obrigado, presidente do Instituto do Estado de Santa Catarina, Vânio Boing, pelas manifestações.

Vou conceder a palavra agora ao Maurício Mulinari, que é assessor econômico dos sindicatos, por até cinco minutos.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Conforme a manifestação tanto dos sindicatos, quanto do Iprev e posteriormente a manifestação dos senhores Deputados.

**O SR. MAURÍCIO MULINARI** – Boa tarde, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, boa tarde aos Deputados, àqueles que representam a classe trabalhadora, em especial, e boa tarde ao presidente do Iprev, o Vânio.

Vamos à técnica então, porque a técnica é utilizada para acometer os maiores massacres com segurança e com aquela guarida necessária. Então, vamos à técnica.

Eu queria levantar algumas questões. Primeiro: se o Orçamento de Santa Catarina é finito, como são explicados os R$ 21 bilhões de renúncias fiscais para os grandes empresários catarinenses (*palmas*) e como se explica um superávit, neste ano de 2023, de R$ 2,5 bilhões, quando se falou no início do ano, pelo Secretário da Fazenda, Cleverson e pelo próprio Jorginho Mello, que haveria um déficit gigantesco que legitimou o Pafisc, que foi mais um congelamento de gastos em cima do serviço público? Superávit de R$ 2,5 bilhões. Então, o Orçamento está disponível. Essa é a primeira questão.

Segunda questão: eu queria que explicassem porque o déficit naquele gráfico fantástico, de 1909 até 1994, que é um período histórico gigantesco, é desse tamanhinho? Não é? Ele é minúsculo. Ele começa a crescer quando? Em 1994, quando se aprova o quê? A terceirização no interior do serviço público. Ele cresce novamente (*palmas*), é só ver o gráfico, ele cresce novamente no início dos anos 2000, quando foi aprovado o quê? A Lei de Responsabilidade Fiscal, que congelou a possibilidade de expansão de serviço público. E ele cresce novamente, é só ver o gráfico, em 2016 e 2017 com a reforma trabalhista (*palmas*) e o congelamento do teto de gastos e o teto de gasto aprovado por Michel Temer lá em nível federal. É isso que cresce o déficit. Portanto, o que cresce o déficit é, de fato, a não contratação dos servidores públicos. Ponto, isso não há como fazer...

E aí nós vimos com uma questão importante. No momento em que o governo anuncia, ótimo, a contratação de servidores públicos para o ano que vem, aparece a segregação de massas, onde os novos que vêm para justamente resolver o problema dos antigos (*palmas*) se apartam. E o que é isso senão jogar na mão do sistema financeiro o filé-mignon da Previdência, porque só vai ter contribuição trinta, quarenta, cinquenta, talvez, porque não se duvida que terão novas contrarreformas da Previdência no caminho, para o Estado de Santa Catarina poder fazer o quê? Talvez se endividar mais, dar garantias para o sistema financeiro. Então este é um ponto importante. Primeiro, o déficit é produto direto da não contratação dos servidores públicos.

Outro ponto importante: tecnicamente trabalhar a ideia do déficit apenas como uma relação entre contribuição do servidor público e contribuição do Estado, é falsa. Por quê? Porque não é apenas isso, a Previdência pública tem um terceiro ente, que é o ente contributivo. Tem a contribuição do servidor público, de 14%, tem a contribuição patronal, de 28%, e aí é uma questão, pois se é para resolver o problema do déficit, por que derruba de 28% para 14% a contribuição patronal para o SC Futuro? (*Palmas*.) É medida fiscalista, é medida fiscalista, não é medida previdenciária, é para fazer ajuste fiscal, é para fazer economia de recurso para continuar jogando na mão os R$ 21 bilhões que estão levando.

Então, o ponto importante é esse: por que se reduz a alíquota e por que se segrega a massa no momento em que poderia se colocar a possibilidade para dar guarita para o sistema financeiro? E colocando claramente, não é apenas uma relação entre o servidor da ativa e o Estado, tem também a medida contributiva. O Estado tem, sim, a prerrogativa de fazer a contrapartida. Quando se fala em déficit de R$ 5,4 bilhões, o Estado tem que fazer, é o regime constitucional, ele tem que buscar receitas para fazer isso. E as receitas estão disponíveis, quando nós vemos, repito, R$ 21 bilhões e não são R$ 21 bilhões históricos, é de R$ 14 bilhões para R$ 21 bilhões em um período curtíssimo de tempo, em um ano. Esse é um dado fundamental. E não estou dizendo que tem que acabar completamente com as renúncias, tem que investigar. E qual é a contrapartida social que se falou, quando as renúncias têm como fundamento a manutenção do emprego e o período que mais cresce as renúncias é quando menos se gera emprego em Santa Catarina? Qual é a contribuição do setor têxtil na geração de empregos, que leva uma bolada? Qual é a contribuição do setor de importação, as ditas *trading company*s, na geração de emprego? Esse é o ponto central, não se gera emprego. (*Palmas*.)

Eu vou pedir mais um minuto, por favor. Só para concluir.

O presidente Vânio coloca que eles estão fazendo uma medida generosa, porque ao invés de vir e fazer uma nova contrarreforma previdenciária em um sentido clássico, de tirar direitos, coloca o Fundo Imobiliário para financiar por meio da venda de imóveis e coloca a ideia de que no futuro isso é perigoso, os novos servidores a partir de 2024 irão sair da folha do Estado quando se concluir. Será o mercado financeiro que vai pagar a aposentadoria deles? É questão para se investigar.

Quando ele fala do Fundo Imobiliário... Vamos ao Fundo Imobiliário, que é novidade comparativamente àquela reforma da Previdência que faliu, do Luiz Henrique e do Colombo. O Estado de Santa Catarina vendeu, nos últimos dez anos, 6 imóveis – eu não estou nem entrando aqui na minha contrariedade à privatização dos imóveis –, mas foram 6 imóveis nos últimos dez anos. O projeto de lei que cria o Fundo Imobiliário apresenta que se vender 1.240 imóveis, vai gerar R$ 16 bilhões. Se vender.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Trinta segundos para encerrar.

**O SR. MAURÍCIO MULINARI** – Vão vender 1.240 imóveis? Irão atingir R$ 16 bilhões? Sendo que R$ 16 bilhões cobrem, nesse Fundo que vai ficar falido, sem Fundo, que é o Fundo dos servidores atuais, apenas três anos do déficit.

Então essa proposta não resolve o problema da Previdência e não será uma proposta generosa, ela vai criar, logo na sequência, novas e novas rodadas de contrarreformas da Previdência, vão pegar os ativos, os aposentados e os futuros.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Com a palavra o presidente Vânio e depois os Deputados para a sua manifestação.

**O SR. VÂNIO BOING** – Eu só espero ter a mesma atenção que tiveram nesses últimos cinco minutos para poder contrapor.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Bom, com relação aos aspectos levantados ali, mais uma vez gostaria de reafirmar a solução por meio da segregação de massa. E aí eu vou dizer, primeiro, o porquê de não ter dado certo lá atrás. Aí vocês vão conseguir entender.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

E no que foi utilizado o recurso? Foi criado em 2008, desfeito em 2015 pelo governo Colombo, cujos recursos do Poder Executivo foram utilizados para pagar a folha de aposentados.Então se colocou todo mundo novamente no plano de repartição, porque na primeira crise econômica que nós tivemos no quarto governo do PT, infelizmente a inflação subiu, a arrecadação caiu e o Estado não tinha recursos para pagar a folha dos aposentados. Ele desfez o Fundo Previdenciário para pagar os benefícios dos aposentados naquele ano. Esse é um fato. Nós sabemos disso. Infelizmente foi feito por um decreto.

O que nós estamos fazendo agora nesse projeto de lei para poder blindar isso, para que lá na frente não ocorra novamente? Esse projeto vem com a anuência de todos os Poderes e existe um artigo lá dizendo que para o desfazimento desse fundo de capitalização, há a necessidade de que todos os Poderes se manifestem positivamente. Isso vai evitar? Não, mas é uma forma de blindagem que nós estamos fazendo. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Outra questão: por que nós estamos reduzindo a alíquota de 28% para 14% para os que ingressarem no SC Futuro, que é o fundo de capitalização? Porque atuarialmente falando, a capitalização de 14% mais 14% é suficiente para garantir a aposentadoria de todos os servidores que ingressarem a partir de 2024 no Fundo SC Futuro.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Calma.

E aí como é que fica? E por que não cobra 28%? Porque a diferença o Estado vai continuar destinando para a insuficiência do SC Seguro. E outra questão que está na lei, atentem-se para isso: diferentemente da Previdência complementar, qualquer déficit que der no SC Futuro ou no SC Seguro, responsabilidade única e exclusiva do Estado.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Do Estado. Isso diferentemente do que ocorre na Previdência complementar, qualquer insuficiência, chama-se as duas partes. E outra questão, quando vocês comentam a questão da isenção fiscal, nós estamos num Estado que decidiu não aumentar impostos, que decidiu pelo aumento de emprego.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

É o único Estado da Nação...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** — Silêncio, por favor.

**O SR. VÂNIO BOING** — ...que tem o pleno emprego. O governo atual preferiu fazer o certo, não quer fazer o mais fácil. Os demais Estados estão aumentando impostos.

Vou com a última questão para vocês refletirem, isso é para reflexão, somente reflexão: nós temos no Estado catarinense 7,5 milhões de habitantes, nós temos 137 mil servidores públicos, ou aposentados, ou ativos, ou pensionistas, mas temos 7,5 milhões de habitantes que contribuem. O Estado não faz dinheiro, eles pagam seus impostos e metade dos impostos que eles pagam é para manter o funcionalismo.

Nós temos no nosso Estado também, pelo Regime Geral do INSS, quase dois milhões de beneficiários, aposentados ou pensionistas. Vocês sabem qual é o benefício médio do aposentado ou pensionista do Regime Geral do povo catarinense? Menos de R$ 2 mil. Isso é dado, vocês podem pegar no Portal do INSS.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Então, o que o governo do Estado está propondo é uma solução de longo prazo para a Previdência do Estado, garantindo qualquer déficit que venha a acontecer, seja num plano ou no outro, e o SC Futuro vai ser reavaliado todos os anos.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Ultimo comentário: quando o Estado está se propondo a fazer um concurso público para a Educação, chamando 10 mil servidores novos, isso significa uma redução de mais de 24 mil ACTs, perfeito? É justamente isso que o Estado está fazendo, mas ele é obrigado a seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal e ele tem um limite de gasto com funcionalismo que precisa seguir todos os anos, e ele vem seguindo porque nós estamos vivendo num Estado pujante, O.k?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** — Com a palavra o Deputado Marquito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** — Queria inicialmente cumprimentar todos e todas nesta tarde aqui. Quero cumprimentar o Deputado Pepê Collaço, que durante a tramitação de alguma forma abriu esse espaço, um espaço que, na verdade, exige muito o mais ambiente de discussão, pois eu acredito particularmente que o tema de uma reforma da Previdência como está colocada merece um tempo e muitos espaços de debate. (*Palmas*.)

Quero também colocar que desde o primeiro dia em que eu entrei no Parlamento, nesta Legislatura, o tema de revogar o confisco de 14% sempre esteve em pauta dentro do Parlamento. Os movimentos sindicais, as entidades de classe, os trabalhadores circularam ativamente neste Parlamento, tanto é que resultou em dois projetos de lei tramitando nesse momento, sendo um projeto de lei de iniciativa popular que mobilizou a sociedade, porque todo mundo sabe que é algo difícil para conseguir alcançar o limite de assinaturas. Para nós, quarenta Deputados e Deputadas, é fundamental olharmos para isso com esse olhar da importância social e da importância da imobilização social que tem um projeto de lei de iniciativa popular, e um projeto de iniciativa legislativa. Então, nós temos duas matérias que tratam sobre a revogação dos 14% e o governo vem com uma matéria de reforma da Previdência, e coloca ali dentro uma proposta também de revogação dos 14% a partir de faixas, é o que está colocado nessa matéria.

Eu, como Parlamentar, sinto-me muito prejudicado dentro da discussão, da tramitação, por vir uma reforma da Previdência com um elemento, e eu particularmente quero aqui me solidarizar com a preocupação que os trabalhadores e as trabalhadoras estão tendo sobre a segregação das massas da contribuição previdenciária e do fundo previdenciário. (*Palmas*.)

A minha fala é muito mais para sensibilizar o conjunto dos Deputados e das Deputadas. Eu queria colocar isso, Deputado Pepê Collaço, com todo o respeito, com toda a consideração que eu sempre tenho. Eu entendo que é uma agenda e acho que é prerrogativa do governo construir suas agendas, mas é prerrogativa do Poder Legislativo também avaliar essas agendas e dialogar com os setores da sociedade que estão interessados no tema (*palmas*) e, pelo tempo, pela disposição e pela dinâmica da própria Assembleia Legislativa, a gente tem mais duas sessões este ano, esta é a grande realidade, mais duas sessões que podem decidir a vida dos atuais aposentados, dos atuais trabalhadores e dos futuros trabalhadores do serviço público, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, do serviço militar, de toda uma categoria ou de várias categorias que estão envolvidas com esse tema.

Eu queria aqui declarar a minha posição: a gente não deveria votar nas próximas duas sessões que teremos na Assembleia Legislativa. (*Palmas*.) Agora, nós podemos fazer um gesto que é discutir a questão, justamente do confisco dos 14%, isso a gente tem condições de discutir, porque ela já vem sendo discutida e debatida há um bom tempo. Tem um entendimento, tem uma contraproposta do próprio governo e eu acho que é possível fazer esse entendimento, Deputado Pepê, porque a gente já desgastou, já foi apresentada uma proposta, tem uma contraproposta, tem outras matérias tramitando. Então, ir numa linha de retirar a segregação de massas e discutir os 14% ainda dentro deste período legislativo, acho que é uma boa saída, um bom encaminhamento.

Eu sei dos limites, das dificuldades do debate, da agenda do governo, eu não sou ingênuo nesse processo, ninguém aqui é ingênuo para achar que é fácil e é simples, mas vai ter que ter uma dedicação e um gesto dos Deputados para serem altivos neste momento. Não dá para decidir a vida previdenciária dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos servidores, das servidoras, dos empregados que hoje fazem a ponta do serviço público do Estado Santa Catarina em duas sessões! Não dá, gente, não dá porque o debate aqui demonstrou que não está maduro. Agora, todo mundo aqui conhece, quem gosta de comer uma banana verde do pé? Ninguém come, a gente come a banana quando está madura. E o processo legislativo exige da gente também garantir a maturação desse processo e, certamente, se acontecer ele vai travar, vai travar a boca como uma banana verde trava. Então, assim como ele vai nascer a fórceps, pela força, o que não é o que uma sociedade madura como a sociedade catarinense pode produzir, pode realizar do ponto de vista dessa construção.

Eu não vou entrar aqui, Deputada Luciane Carminatti, em temas, em conceitos e nas minúcias da proposição, mas eu queria externar isso muito mais no sentido de sensibilizar os colegas Deputados que estão aqui, Deputado Marcos, Deputado do Pepê Collaço, Deputado Antídio Lunelli, no esforço de demonstrar para a sociedade catarinense e para o Parlamento que podemos ter um pouco mais de tempo para discutir a reforma previdenciária e podemos ainda, enquanto Parlamento, fazer uma decisão, uma votação, sobre a questão da revogação do confisco dos 14% nesse período legislativo. Acho que é um gesto, nem tanto ao céu, nem tanto à terra, mas é um gesto que a gente pode fazer de responsabilidade com todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras do serviço público estadual, aqueles que estão hoje, os aposentados e os futuros.

Essa é a minha contribuição, Deputado Pepê Collaço, é assim que eu gostaria de me manifestar e também de atuar nessas duas sessões que nós teremos.

Eu vou pedir licença, vou me retirar, pois tenho uma audiência pública em Joinville às seis e meia da noite e estou saindo daqui diretamente para lá. Desejo chegar lá no horário certo. Quero me desculpar pela minha retirada.

Muito obrigado e um bom trabalho a todos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** — Deputado Marquito, antes de sua retirada e antes de passar a palavra para a Deputada Luciane Carminatti, eu gostaria, diante da sua manifestação, com toda a vênia possível, dizer que enquanto Parlamentar coube-me relatar esses projetos que estão aqui na Casa, e não são dois, são três, porque acho que acabaste esquecendo do projeto do Deputado Fabiano.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** — Sim, de iniciativa legislativa e o de iniciativa popular, que são os 14%.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** — E agora esse do governo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** — E o do governo, que é mais amplo como reforma...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** — Sim, do governo que atrela isso.

São três assuntos que ainda acabaram vindo para a relatoria, para mim. Eu já relatei um, que é o do Deputado Fabiano, que nós demos o parecer favorável, até porque esta Comissão tem um julgamento constitucional, de constitucionalidade, o mérito depois vai passar nas Comissões de interesse de cada assunto e depois vem para o Plenário.

Estou de acordo com essa questão de uma agenda muito rápida que foi estabelecida para que nós pudéssemos esmiuçar esse projeto, estou indo ao encontro da tua manifestação (*palmas*), porém eu só quero deixar claro aqui que nós estamos estabelecendo esta audiência pública como uma forma de oportunizar também que todas as partes possam se manifestar.

Essa agenda não é estipulada por mim, que sou o Relator do processo e eu iria ficar me sentindo, talvez, até com culpa de não deixar essas manifestações acontecerem, se nós não provocássemos a audiência pública, que foi o pedido dos próprios sindicatos. Infelizmente não existiam datas além desta, nós não teríamos outra data para discutir dentro dessa agenda que foi estabelecida, então esta foi a data que nós encontramos para colocar, o dia de hoje.

Agora é claro, quem estabelece essas agendas não somos nós, daí é uma questão que nós, em termos de Parlamento, todos os Deputados podemos trabalhar nos próximos dias para que talvez esse projeto não seja avaliado na semana que vem, mas daí é o esforço de cada Parlamentar para que haja esse consenso e esse convencimento. Enquanto apenas Relator deste assunto, coube-me fazer a audiência pública e cumprir a agenda que assim foi estabelecida. (*Palmas*.)

Com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** — Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar, no nome do Deputado Pepê Collaço, todos os colegas Deputados que acompanharam, que acompanham e que estão aqui conosco. Gostaria de cumprimentar, em nome do Neto, da nossa companheira e do Evandro, todos os sindicalistas que aqui estão, e não vou nominá-los porque o meu tempo se vai nisso, e cumprimentar também o presidente do Iprev, o Vânio. [*Transcrição*: *Djonathan Costa* / *Leitura*: *Clovis Pires da Silva*]

Eu quero primeiro dizer que estou aqui no meu quarto mandato e quando se trata de discutir a Previdência, com todo o respeito, é sempre a mesma ladainha. Não muda nunca. (*Palmas*.) Nós escutamos sempre aquela velha fala e, às vezes, quase chego à conclusão de que o servidor público é o problema, que então é melhor nem existir pessoas, só o Estado, porque do jeito que está, só produzimos déficit, né? Só existe déficit, não tem ação, não tem política pública. Tem Saúde se não tiver o servidor? Tem hospital se não for o servidor? Tem escola se não for o servidor? Tem ação judicial se não for o servidor do Judiciário? Tem Justiça se não forem os servidores?

Então eu estou aqui dizendo que primeiro eu quero tentar reverter um pouco este debate, porque senão nós acabamos debatendo somente receita e despesa. Bom, a gente tem que fazer o debate de receita e despesa, não quero ser inconsequente e hipócrita neste debate. Mas também precisaríamos discutir de onde vêm então as receitas e quais são as despesas? E aí eu enxergo como se fosse uma cadeira na minha frente, só com dois pilares: em um pilar está a contribuição que sustenta a Previdência e que é do servidor de 14%, e no outro pilar o do governo, que era 28% e agora quer passar a 14%. Mas será que para essa cadeira ficar mais forte não deveríamos colocar mais dois outros pilares? Ou seja, será que não deveríamos discutir como é que esse Estado rico e maravilhoso nos últimos anos aumentou a renúncia fiscal de R$ 5 bilhões para R$ 90 bilhões nos próximos quatro anos?

Eu escuto também a seguinte fala: mas, Deputada, é a guerra fiscal, Rio Grande do Sul, Paraná, ou esse é um problema nacional? Bom, agora nós estamos discutindo a reforma tributária com a criação do IVA, né? Imposto único. Quero dizer que não é só uma questão de guerra fiscal, não é, porque eu desafio todos nós aqui a pesquisar quanto era o desemprego em Santa Catarina há catorze anos. E qual era o emprego, e qual era a faixa de renda, e qual é a faixa de renda hoje? Nós estamos praticamente com os mesmos índices: desemprego baixo lá atrás, desemprego baixo agora; renda baixa lá atrás, renda baixa agora – a média do trabalhador eu estou falando. Mas tem um diferencial, um grande diferencial, renúncia fiscal de R$ 5 bilhões para renúncia fiscal de R$ 21 bilhões por ano. (*Palmas*.)

Para que o cidadão entenda, esses R$ 21 bilhões não são a maioria dos empresários de Santa Catarina, que não pagam impostos, não chega a 2%. Então tem um debate que precisamos fazer e talvez não queiramos fazer esse debate, porque é mais fácil aumentar a alíquota de servidor! É mais fácil! É mais difícil ter a coragem de olhar para os setores que sentam na frente dos Deputados, com seus escritórios jurídicos que pagam milhões (*palmas*), porque os empresários têm escritórios jurídicos que pagam milhões. O professor que ganha R$ 5 mil não tem um defensor que ganhe milhões, porque ele ganha uma miséria, e é a miséria dele que o faz ter que sair lá de São Miguel do Oeste e vir aqui defender o seu salário, vir lá de Joinville. Então, o que eu estou querendo dizer é que não dá mais, nós chegamos a um ponto que não dá mais. Não dá mais para olhar para um Estado que vai abrindo mão de tanta receita, tanta receita, poxa vida... Quando eu entrei aqui a renúncia era de R$ 5 bilhões e agora está em R$ 21 bilhões por ano. Tem alguma coisa que não está fechando! Então, se mexermos um pouquinho nesta renúncia de R$ 21 bilhões, a despesa da Previdência que iria isentar os 14%, dá R$ 600 milhões por ano, gente. (*Palmas*.) E nós estamos falando de R$ 21 bilhões!

Então, eu quero primeiro dizer que, sim, tem como fazer. Essa cadeira pode ter quatro pernas, não só duas. Uma terceira é a renúncia fiscal que precisa ser revista e uma quarta é a dívida ativa. Tem gente que aprendeu a não pagar imposto neste Estado (*palmas*) e não é o assalariado, não é o pequeno, são os grandes, e são poucos também. Hoje discutíamos que do universo, 3% do empresariado não paga imposto. Então, eu quero primeiro resgatar isto. Em segundo lugar, eu quero dizer que o governo precisa também ter respeito por esta Casa, porque o governo passado, quando mandou para cá a tributação de 14%... O Governador é uma pessoa, ele não se elegeu, Deputados são quarenta. Eu cansei de ouvir Deputados nos corredores dizendo: Lu, eu estou arrependido de ter ajudado a tirar 14% de quem menos ganha. E eu respondo sempre: você vai ter a chance de corrigir o seu erro. (*Palmas*.)

Portanto, quando o governo manda para cá isso, está jogando a responsabilidade nos quarenta Deputados e são esses Deputados que vão responder, são esses Deputados. Vocês podem dizer: a Deputada Luciane é moleza, é de oposição ao governo. Mas vocês não têm ideia de que as emendas que uns têm e que outros não têm, pagamos muito caro por votar pela consciência, pela coerência e para não ter que ficar abrindo mão de princípios na vida. O dia que eu abrir mão disso, eu não estarei mais aqui, porque não faz sentido desrespeitarmos o voto que levamos. (*Palmas*.)

Então, eu quero terminar a minha fala aqui dizendo: Pepê, meus parabéns para ti, de verdade, meus parabéns, porque eu sei que o trator é uma retroescavadeira enorme que vem para cima. Parabéns por ter a coragem de fazer esta audiência, que por muitas vezes sabemos da pressão sofrida. Parabéns aos Deputados que vieram, parabéns aos Deputados que escutam e que têm sensibilidade. Eu não me furto em nenhum momento de sentar com o governo e discutir qualquer matéria, mas eu também acho que o governo tem que ter respeito por esta Casa, e respeito por esta Casa significa: vamos discutir os 14% que está mais amadurecido, como diz o Marquito, a banana já está amadurecida, vamos discutir os 14%. Agora, fundo financeiro lá atrás, fundo previdenciário lá atrás, e agora SC Seguro e SC Futuro, nós não sabemos na profundidade que temos que saber. Eu sou uma Deputada que estuda, estou com matérias aqui de advogados que me passaram, de economistas, e eu estou muito confusa. Se eu estou confusa é porque eu não enxergo que isso é bom, senão eu enxergaria. Agora eu pergunto: os Deputados que nem aqui estão sabem o que é esse SC Seguro e o SC Futuro? Não sabem, não sabem. (*Palmas*.) Na sua grande maioria não sabem e não é porque não leram o PL, é porque não está tudo ali, porque temos que pesquisar nos países onde aconteceu, temos que ir a fundo quando votamos matérias dessa natureza.

Então eu quero fazer um pedido aqui bem importante para o Vânio: por favor, leve ao governo que não está maduro isso. E essa responsabilidade vai ficar para os Deputados. E, Pepê, leve para os líderes dos partidos esse nosso pedido. Não precisa ser para os quarenta, somente os líderes: que se retire essa matéria e que possamos discutir melhor.

Obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Pepê Collaço)** – Eu quero agradecer a manifestação da Deputada Luciane, como também de todos aqui que estiveram na tarde de hoje e tiveram a oportunidade de se manifestar. Nós tentamos fazer com que esta audiência pública oportunizasse a manifestação, a defesa de cada ponto de vista sobre esses projetos apresentados aqui na Assembleia. Eu tenho certeza que mesmo feito muito a toque de caixa, muito em cima da hora, nós conseguimos dar uma oportunidade para que todas as partes interessadas se manifestassem. Eu não quero ser prolixo, já tive uma breve manifestação aqui quando da manifestação do Deputado Marquito, e aqui coloquei também ao encontro do que a Deputada Luciane falou, acho que é um projeto complexo já dito por alguns aqui do sindicato e eu entendo que muitos Parlamentares aqui se manifestam nos corredores da Casa para que talvez isso pudesse se estender mais nessa discussão. Mas a agenda definida por enquanto é essa.

Deputada Luciana, eu vou levar essa sua proposição aos líderes, como Relator, para que possamos entre os líderes ter um debate mais apurado em termos de calendário e de agenda, claro, junto com a presidência da Casa e com o governo. Todas essas manifestações dadas, esta relatoria vai levar à Casa Legislativa através da presidência e das lideranças para que possam dialogar com o governo a fim de que essa agenda possa, de acordo com essas manifestações, ser estendida.

No mais, eu agradeço a presença do presidente Vânio, que também se dispôs vir aqui a dar todas as explicações desse projeto. Eu quero agradecer a todos os sindicatos e aos interessados que se manifestaram, aos Deputados que estiveram presentes, aos Deputados que acompanharam de forma virtual, porque muitos Deputados estão em agenda, já que a nossa sessão legislativa da quinta-feira é na parte da manhã, então muitos Deputados já saíram para fazer agendas externas, mas manifestaram as suas preocupações a esse projeto tão importante.

Por fim, eu agradeço a todos que estiveram presentes e peço desculpas se em muitos momentos eu pedi silêncio. Eu sei que o assunto causa euforias e aflora sentimentos em cada um que aqui esteve presente, entendemos, mas eu quero que vocês também entendam que enquanto Presidente temos que colocar ordem na Casa para que todos se manifestem.

Muito obrigado a todos e nada mais havendo a relatar, encerro esta audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição*: *Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura*: *Vera Regina Zacca / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**DEPUTADO ESTADUAL PEPÊ COLLAÇO**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**